

LUYTEN, Sonia Maria Bibe – *Comunicação e aculturação: a colonização holandesa no Paraná*. São Paulo, Edições Loyola, 1981.

O trabalho de Sonia Maria B. Luyten sobre a colonização holandesa no Paraná, de acordo com o Professor Hiroshi Saito que prefacia a obra, além de ser um estudo monográfico de comunidade, “baseia-se no procedimento antropológico adotado nos estudos de aculturação”.

A pesquisa foi centralizada no núcleo colonial de *Carambei*, situado a 20 km de Ponta Grossa e a 100 km de Curitiba, núcleo este constituído por holandeses provenientes, na maioria, da província de Zuid-Holland, capital Rotterdam.

É analisado sobretudo o sistema cooperativista; a igreja na comunidade; a comunicação viária; os meios de comunicação impressos e os audio-visuais. Através desses aspectos, a autora demonstra o desenvolvimento do processo de aculturação do imigrante holandês em terras brasileiras.

O sistema cooperativista é visto tanto como um mecanismo de retração como de expansão, no referido processo.

O desempenho, na comunidade, da igreja – no caso a Evangélica Reformada – é ressaltado como um dos principais elementos que garantiram a sobrevivência do grupo, como tal, durante o período de adaptação. Teve ela uma forte atuação desde a fase de estruturação da Colônia, continuando até os dias de hoje.

A escola é focalizada evidenciando-se a ausência de um ensino sistemático oficial que perdurou nos primeiros vinte e cinco anos de existência do núcleo colonial, tendo o governo brasileiro se interessado em instituir escola nos moldes nacionais só no ano de 1935, seguindo sua política de nacionalização do ensino.

É enfatizado o importante papel dos meios de comunicação no processamento de assimilação e aculturação dos imigrantes e de seus descendentes. Os jornais brasileiros, o rádio e a televisão são os canais que propiciam um maior contato com a cultura nacional.

A obra é, ainda, bem complementada com mapas, localizando *Carambei* tanto em relação a outros núcleos coloniais como a diversas cidades, com gráficos como o da evolução da produção da Cooperativa Agro-Pecuária Batavo e tabelas indicativas da utilização dos idiomas holandês e português; frequência de leitura de jornais e revistas brasileiras e de jornais e revistas holandesas; audiência comparativa da rádio brasileira e holandesa, entre outras.

A análise dos dados leva à conclusão de que em *Carambei* “a marcha aculturativa vem se processando de maneira gradual, na absorção da cultura nacional, sem a desintegração abrupta da cultura de origem”.

Sendo a imigração holandesa no Brasil pouco estudada, o trabalho *Comunicação e aculturação: a colonização holandesa no Paraná*, de Sonia Maria B. Luyten, analisando o grupo de *Carambei*, vem sem dúvida, contribuir para uma melhor compreensão do processo de aculturação do imigrante holandês em nosso país.

Lucy Maffei Hutter

MAGALINSKI, Jan – *Deslocados de Guerra em Goiás*. Imigrantes poloneses em Itaboraí. Goiânia, Ed. UFG, 1980. (Col. Documentos Goianos, 8).

O Brasil, como é sabido, inclui-se entre os países que receberam *Displaced Persons (DPs)*, isto é, pessoas que após a Segunda Guerra Mundial não puderam ou não quiseram voltar ao solo pátrio.

Neste trabalho é focalizada uma tentativa de colonização no final dos anos quarenta e início dos cinquenta com um grupo de *DPs* em Itaboraí, Estado de Goiás. Tentativa resultante de um plano conjunto dos governos federal, estadual e municipal, no sentido de que a colonização se fizesse através de uma Cooperativa, daí porque foi criada a Cooperativa Agro-Pecuária de Itaboraí de Responsabilidade Ltda.

O objetivo primeiro do A. foi o estudo dessa cooperativa. Como, com base na documentação escrita, não fosse possível reconstruir os fatos, procurou fazê-lo através de entrevistas com autoridades da época, com famílias residentes na área em estudo e, evidentemente, com os próprios imigrantes. Neste particular foi providencial sua resolução de recolher depoimentos das pessoas que vivenciaram os acontecimentos pois, segundo ele mesmo declara, "se este livro não fosse escrito agora, seria quase impossível exumar os restos mortais da sonhada colonização e malograda cooperativa".

Na execução dessa tarefa deparou-se o A. com uma série de dificuldades, não há dúvida, mas contrabalançadas por fatores positivos como o fato de ser polonês e ter vivido o "drama da saída da pátria, dos anos de trabalho na Alemanha, a criação dos campos de deslocados e posterior imigração, no caso, para o Brasil". Isto tudo criou um clima de intimidade maior que o usual entre o pesquisador e os entrevistados. Dialogando em polonês, russo e ucraniano foram-lhe revelados pormenores que "dificilmente seriam colhidos em português", diz o próprio A.

Muito embora dos *DPs* em questão tenham sido tomados todos por poloneses — a ponto de ficarem conhecidos na região por "Colônia de Poloneses" ou "Cooperativa dos Poloneses" — a pesquisa demonstrou que os poloneses representam 40,4%, havendo ao todo mais de dez nacionalidades.

Magalinski subdividiu seu estudo em quatro capítulos. A partir da caracterização dos *DPs* e das condições que os impeliram para fora da terra natal, faz um retrospecto da presença polonesa no Brasil, reconhecendo nela diferentes fases. O grupo em estudo localizar-se-ia na terceira delas, isto é, a que teve início em 1945.

Em seguida o A. busca o enquadramento da experiência num contexto mais amplo, procurando verificar qual era a política imigratória vigente e qual o interesse do Estado de Goiás na experiência. Enfoque especial foi dado à I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização realizada em Goiás entre 30 de abril e 7 de maio de 1949, sob os auspícios da Presidência do Conselho de Imigração e Colonização (C.I.C.) que teve entre seus objetivos proporcionar uma revisão da política imigratória e colonizadora brasileira, bem como o posicionamento do Brasil diante dos *DPs* e proceder a um levantamento das possibilidades dos Estados do Planalto Central, especialmente Goiás, de fixar correntes migratórias internas e também imigrantes europeus de diferentes nacionalidades que estavam chegando continuamente aos portos brasileiros.

O capítulo terceiro gira em torno da imigração no Estado goiano e do interesse do mesmo em acolher *DPs*, de maneira que só no quarto e último capítulo é que o A. faz o estudo da Cooperativa Agro-Pecuária de Itaboraí de Responsabilidade Ltda. propriamente dita, a primeira cooperativa na América Latina composta por *DPs*.

A criação de uma colônia sob a forma de cooperativa se justificou na época pela isenção de impostos, maior facilidade na obtenção de empréstimos a juros baixos, bem como auxílio dos órgãos ligados à agricultura, tais como: Ministério e Secretaria da Agricultura, Serviço de Assistência do Cooperativismo e Caixa de Crédito Rural Cooperativo.

Esperava o governo — tanto federal quanto estadual — que o elemento europeu não só introduzisse na região novas técnicas na lavoura, como transmitisse conhecimentos agrícolas, hábitos e costumes alimentares, ou numa palavra, contribuisse no aumento da produção agrícola e com isto proporcionasse o desenvolvimento econômico da região.

Guardadas as diferenças de tempo, espaço e de nacionalidade, a história do estabelecimento desse grupo se assemelha muito ao que ocorreu com os imigrantes chegados ao Brasil ainda no século XIX e no início do século XX.

Em parte, pelo menos, a situação se repetiu pelo fato de nosso país, ainda após a Segunda Guerra, continuar não oferecendo uma infra-estrutura que facilitasse a fixação do imi-

grante no local para o qual era enviado. Assim, sentiram tanto as dificuldades de comunicação com os centros consumidores, prejudicando o escoamento da produção, como a falta de assistência médica, religiosa e educacional reclamada pelos imigrantes do século passado e do início deste. A falta de escolas, evidentemente aliada a outros fatores, continuou sendo a grande responsável pela mobilidade do imigrante que, antes de tudo, quer garantir um futuro melhor para seus filhos.

Isto não quer dizer que o Estado de Goiás tenha permanecido indiferente; pelo contrário, tomou uma série de medidas para receber os *DPs*: nomeou um representante do Estado junto aos órgãos federais ligados à imigração, criou um Serviço Estadual de Imigração e facilitou a instalação de uma delegacia da *IRO* (*International Refugee Organization*).

Muito embora a ida para o núcleo não fosse obrigatória – alguns encaminharam-se para fazendas e outros permaneceram na cidade de Itaboraí – cerca de duzentas pessoas estabeleceram-se nele e foram objeto de investigação por parte do A. Imbuídos do sonho de trabalhar em terra própria, cedo se decepcionaram com as condições oferecidas. Para Magalinski o sistema de cooperativas não agradou aos *DPs*, de acordo com depoimentos colhidos: “já temos experiência de cooperativas no leste da Europa, foi por este motivo que fugimos de lá” mas, sobretudo, porque ao identificarem as cooperativas aos *kolkhoz* eram levados a rejeitá-las. Daí porque, talvez, o porquê do sistema de ajuda mútua tão comum entre os poloneses na Europa não ter vingado entre eles em Goiás, pois todas as tentativas fracassaram.

No correr do trabalho o A. demonstra ter sido a experiência, como cooperativa, um fracasso mas que “o imigrante sobreviveu, conseguiu vencer e se integrar definitivamente em Goiás”. São as últimas palavras de Magalinski.

Isto posto, concordamos com o prefaciador – João Baptista Borges Pereira –, quando destaca como pontos importantes do estudo em questão o deter-se sobre “um grupo que, pelas suas características étnicas, pelas suas experiências históricas e pela sua categoria especial de imigrante – Deslocados de Guerra (*Displaced Persons*) – até agora não havia merecido atenção maior dos especialistas” e por incluir na historiografia imigrantista o Estado de Goiás.

Arlinda Rocha Nogueira

MARIZ, Vasco – *História da Música no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, INL, 1981. (Coleção Retratos do Brasil, Vol. 150; 331 p.)

São raros os volumes sobre música brasileira impressos atualmente no Brasil. Principalmente os referentes à música brasileira erudita. Desde a *História da Música Brasileira* de Renato Almeida em 1942 (2ª ed. Rio de Janeiro, Briguiet), obra fundamental para estudantes e apreciadores da arte musical, não havia aparecido outro livro imprescindível nas bibliotecas musicais. Pode-se imaginar então as dificuldades de Vasco Mariz para cobrir um tempo ainda maior que o estudado por seu antecessor. Sua *História da Música no Brasil*, recentemente publicada, vem suprir uma lacuna.

No Brasil não são escritos trabalhos musicológicos específicos sobre nossos compositores, pois as pesquisas sempre os relegam a um segundo plano. Isto faz com que um estudo como o de Mariz se torne, por mais completo e atual que seja, um trabalho quase que exclusivamente preocupado com aspectos biográficos. Tal limitação decorre naturalmente da ausência de análises de estilos e de épocas.

O trabalho de Mariz foi-lhe encomendado em 1979 pelo diretor-presidente da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira. Para a sua feitura, o autor recebeu a contribuição dos compositores vivos que lhe forneceram dados sobre seus próprios trabalhos contando também com o auxílio do eminente musicólogo Luiz Heitor Correa de Azevedo. Morando em